

# Jürgen Hell e a produção historiográfica sobre o Brasil na ex-República Democrática Alemã

*Jürgen Hell and the historiographic production about Brazil and the ex-Federal German Republic*

**Débora Bendocchi Alves<sup>1</sup>**

## Resumo

O intuito deste artigo é apresentar, em linhas gerais, a produção historiográfica sobre o Brasil realizada na ex-República Democrática Alemã ressaltando, principalmente, o trabalho de Jürgen Hell.

**Palavras-chave:** historiografia; República Democrática Alemã; História do Brasil.

Um pequeno livro, publicado numa impressão um tanto rudimentar para os padrões alemães, que se encontra na Biblioteca do Instituto Ibero-Latino-Americano da Universidade de Colônia, despertou meu interesse pela produção historiográfica sobre o Brasil na antiga Alemanha Oriental. O livro de Jürgen Hell, *Sklavenmanufaktur und Sklavenemanzipation in Brasilien, 1500 – 1888*, publicado em Berlim pela Academia de Ciências da República Democrática Alemã (RDA) em 1986, levou-me a procurar informações e textos sobre os centros universitários de pesquisas sobre a América Latina na antiga Alemanha Oriental e, mais tarde, a entrar diretamente em contato com o autor. Gostaria neste artigo de apresentar em linhas gerais como e a partir de quais pressupostos se deram os estudos sobre a América Latina durante os 40 anos de existência da RDA e ressaltar os trabalhos de Jürgen Hell, um dos poucos historiadores do país que se dedicou ao estudo da História do Brasil.<sup>2</sup>

No dia 3 de outubro de 1989 o mundo presenciou a queda do Muro de Berlim e o início da ‘destruição’ da República Democrática

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade de Colônia, Alemanha. Atualmente é professora contratada de História do Brasil no Instituto de História Ibérica e Latino-Americana da Universidade de Colônia.

Alemã. Depois de 40 anos dividida, a Alemanha voltava a se unificar. Em 1991 anunciou-se que o Instituto de América Latina da Universidade de Rostock, cidade situada ao norte da parte oriental do país, seria por questões políticas, dissolvido e os estudos sobre a América Latina na Universidade de Leipzig seriam reduzidos. Segundo os pesquisadores da República Federal da Alemanha na época, foi lamentável ocorrer esta interrupção dos estudos históricos latino-americanos nas duas universidades orientais pois nos anos 1970-80, alcançaram prestígio internacional e alguns historiadores, considerável respeito pelos seus trabalhos.

A antiga República Democrática Alemã, fundada em 7 de outubro de 1949, teve dois grandes centros de estudos e pesquisas sobre a América Latina, as Universidades de Leipzig e de Rostock. Em 1952, Walter Markov, professor de História Medieval e Moderna na Universidade de Leipzig foi incumbido de pesquisar sobre a exploração colonial dando início na RDA às investigações sobre os chamados países em desenvolvimento.<sup>3</sup> Em 1960 deu-se a formação do Centro de Pesquisa para a História da Ásia, África e América Latina ("Forschungszentrum zur Geschichte Asiens, Afrika und Lateinamerikas") reunindo vários grupos de historiadores da Universidade de Leipzig. Segundo a sua ideologia, com a queda do sistema imperialista colonial, este centro daria ênfase às questões mais atuais como, por exemplo, o neocolonialismo. Na Universidade Humboldt, em Berlim Oriental, foi fundado no mesmo ano, a Sociedade de Pesquisa para a História da Política Expansionista Colonial e Ultramarina do Imperialismo Alemão ("Forschungsgemeinschaft für die Geschichte der Kolonial- und überseeischen Expansionspolitik des deutschen Imperialismus") com um Núcleo de Trabalho Latino-americano. Na República Democrática Alemã, a história e a pesquisa sobre a América Latina faziam parte da cátedra de História Geral Moderna (1500 – 1917), no que se diferenciava dos estudos nas universidades da República Federal da Alemanha.

Em Rostock, com a reestruturação do Instituto de Línguas Românicas da Universidade no final da década de 1950, criou-se a Seção de Ciências da América Latina com cátedras em história, literatura, lingüística, economia, sociologia e filosofia havendo também cursos sobre as culturas indígenas americanas.<sup>4</sup> Segundo Adalbert Dessau<sup>5</sup>, que foi o primeiro diretor do Instituto Latino-americano de Rostock fundado em 1964, a idéia inicial era de que os alunos deveriam ter um profundo conhecimento da língua assim como do desenvolvimento cultural, histórico, político e econômico da América Latina. Desde a sua criação, o trabalho deveria ser coletivo, interdisciplinar, possibilitando o estudo do desenvolvimento social e cultural e da luta antiimperialista dos povos latino-americanos. O caráter interdisciplinar dos estudos e pesquisas foi sempre valorizado.<sup>6</sup> Apesar de todas as

dificuldades iniciais, a partir de 1965 o Instituto passou a publicar a revista *América Latina. Boletim Semestral do Instituto Latino-americano da Universidade de Rostock* com artigos de história, literatura e lingüística.<sup>7</sup>

Em 1966 foi fundado o Conselho Central para as Ciências da Ásia, África e América Latina ("Zentrale Rat für Asien-, Afrika- und Lateinamerikawissenschaften"- ZENTRAAL) que passou a centralizar os estudos regionais na Alemanha Oriental e dar uma orientação sobre os conteúdos e trabalhos já que o Conselho estava diretamente ligado ao departamento de Ciências do Comitê Central do SED ('Sozialistische Einheitspartei Deutschlands' - Partido Socialista Único Alemão) e ao Ministério das Relações Exteriores através do Ministério de Ensino Superior. Em 1967 foi feito um acordo de cooperação entre o ZENTRAAL e a Academia de Ciências da União Soviética que teve grande influência no Instituto Latino-americano da Universidade de Rostock.<sup>8</sup>

Havia uma certa divisão de trabalho entre as três universidades que possuíam centros de pesquisa sobre a América Latina. Enquanto o Instituto de Rostock deveria se ocupar mais com a 'história política contemporânea' e com a formação de auxiliares e assistentes para a diplomacia (tradutores e intérpretes), Berlim deveria tratar da 'história dos partidos políticos', isto é, dos partidos comunistas da América Latina assim como da história das relações entre os partidos da Alemanha Ocidental/ Oriental e da América Latina. Leipzig deveria pesquisar sobre a história das Internacionais Comunistas na América Latina e se dedicar à formação de historiadores.<sup>9</sup>

As investigações históricas na RDA sobre a América Latina só podem ser entendidas se levarmos em conta os interesses da política exterior do país. No início, logo depois da guerra, a preocupação era com o reconhecimento da RDA como um país autônomo e o estabelecimento das relações diplomáticas bilaterais com os países não pertencentes ao bloco comunista dentre eles, os latino-americanos e, conseqüentemente, estabelecer relações comerciais, culturais e científicas. Em 1960 os dirigentes do Partido Socialista Único da Alemanha - SED - incumbiram o Ministério das Relações Exteriores de criarem um departamento para a América Latina com intuito de ajudar nesta tarefa. Com a revogação da Doutrina Hallstein<sup>10</sup> da República Federal da Alemanha em 1972 e o reconhecimento da República Democrática Alemã pelos países latino-americanos no início dos anos 70, as relações diplomáticas, comerciais, culturais e científicas foram consolidadas.<sup>11</sup> Entretanto, como a influência dos Estados Unidos e da Alemanha Ocidental no continente era muito forte, os países latino-americanos tiveram um papel secundário para os

Jürgen Hell e a  
produção historiográfica  
sobre o Brasil na  
ex-República  
Democrática Alemã

Locus:  
revista de  
história,  
Juiz de Fora,  
v. 12, n. 1,  
p. 161-179, 2006

dirigentes do SED e com isso, para as instituições estatais. Também, devido ao desenvolvimento econômico limitado da Alemanha Oriental, não foi possível uma expansão da política comercial e financeira com os países latino-americanos. Isto refletiu nas investigações sobre a América Latina e no seu papel marginal em comparação com as demais ciências regionais, como por exemplo, da Ásia e África, e no número reduzido de professores e pesquisadores especializados no assunto. Apesar do papel secundário dos institutos especializados em América Latina, a sua missão era clara: formar cientistas sociais capazes de trabalhar como funcionários do Estado com o objetivo preciso de desenvolver nos países latino-americanos os ideais de uma sociedade socialista. Além disso, deveriam desenvolver pesquisas científicas de alto nível teórico e metodológico possibilitando um conhecimento profundo e preciso dessas sociedades. De outro lado, deveriam formar professores aptos a ministrarem aula de espanhol e português para os alemães servindo também de divulgadores da idéia de solidariedade com os povos da América Latina.<sup>12</sup>

A produção historiográfica sobre a América Latina na Alemanha Oriental seguiu um caminho diverso do existente na Alemanha Ocidental. Desde os anos 50, início das pesquisas sobre o continente, segundo o Estatuto da Seção de Cientistas Latino-americanos que estava ligada diretamente à política do SED, as pesquisas deveriam estar de acordo com as características de uma sociedade socialista, e como já foi dito acima, ter como objetivo a amizade com os povos latino-americanos e a solidariedade com as suas lutas de libertação nacionais e antiimperialistas. As pesquisas, baseadas na ideologia marxista-leninista e usando o método materialista-dialético, deveriam contribuir para o desenvolvimento dos ideais socialistas entre os alemães orientais, sobretudo em relação à questão do internacionalismo proletário, e desmascarar as teorias e práticas do imperialismo da Alemanha para com os povos latino-americanos.<sup>13</sup> Nos anos 60, os historiadores da Alemanha Oriental se dedicaram a pesquisar intensamente sobre as relações do imperialismo alemão com os países da América Latina entre os anos de 1898 e 1945. Manfred Kossok,<sup>14</sup> considerado pioneiro no campo das ciências da América Latina na Alemanha Oriental, durante a sua palestra *Sobre a História das Relações teuto-latino-americanas*<sup>15</sup>, ressalta que o conceito de 'relações' para os historiadores não se esgotava somente na soma das relações econômico-comerciais ou político-diplomáticas mas também das influências, contatos e conhecimento recíproco, um fenômeno muito mais complexo e difícil.<sup>16</sup> Por sua vez, Aldabert Dessau coordenou na Academia de Ciência do Bloco dos Países do Leste o grupo de trabalho 'Estratégia e Tática do Movimento antiimperialista e a luta ideológica dos países da América Latina' ligado à comissão

de estudo 'Economia e Política dos Países em Desenvolvimento'.

As pesquisas sobre a história das relações do imperialismo alemão com a América Latina na RDA podem ser divididos em três etapas cronológicas: 1. Alemanha e América Latina da passagem do século XIX - XX até o início da primeira etapa da crise do capitalismo (vitória da grande revolução socialista de outubro), até a Primeira Guerra Mundial; 2. As relações teuto-latino-americanas no período de 1917/18 a 1933, sendo os principais fatos a derrota do militarismo alemão na Primeira Guerra, o desenvolvimento da República de Weimar e a crise econômica mundial; 3. Alemanha no período fascista e principalmente o seu avanço fascista na América do Sul e Central, a II Guerra Mundial e as suas conseqüências para as relações teuto-latino-americanas.<sup>17</sup>

Nesta perspectiva, alguns trabalhos importantes foram escritos como, por exemplo, o artigo de Friedrich Katz sobre as características da política do imperialismo alemão na América Latina de 1898 a 1843 ou de Klaus Kannapin sobre as relações teuto-argentinas entre 1871 e 1914, principalmente, nos aspectos comerciais e econômicos e de política emigratória.<sup>18</sup> Jürgen Hell, aluno de Friedrich Katz, escreveu sobre o tema sua tese de doutorado intitulada *O estratagema no Sul do Brasil: A Política do Império Alemão para transformar os três Estados Brasileiros do Sul numa Nova Alemanha Ultramarina (1890-1914)* e o artigo "A 'Nova Alemanha sul-brasileira'. O elemento essencial anexionista da política guilhermina e nazista em relação ao Brasil" (1895 até 1938), ambos publicados em 1966, além do seu trabalho de 1980, *Expansão alemã e a rivalidade imperialista no Brasil antes de 1914*<sup>19</sup>. Nesses trabalhos, Hell não se prende somente à análise dos interesses germânicos no sul do Brasil, mas no conflito entre as potências pela divisão do mundo, as alianças necessárias e as 'explicações' ideológicas para a expansão européia. Analisando os documentos do Ministério das Relações Exteriores desde a época de Bismark e mesmo de anos anteriores, Hell reconstrói a história do imperialismo alemão que, em relação à América Latina antes do período fascista, restringiu-se mais a uma tentativa de reforçar a penetração no campo econômico e influenciar indiretamente os governos latino-americanos, tanto política quanto militarmente, criando desta forma, uma dependência financeira e econômica da Alemanha.

Os acontecimentos mundiais da segunda metade da década de 50 e sobretudo da década de 60, levaram os latino-americanistas da Alemanha Oriental a expandirem seu campo de pesquisa. A vitória da Revolução Cubana, o ataque norte-americano em 1961 na Baía dos Porcos em Cuba, a declaração do caráter socialista da revolução cubana, a chamada 'Crise Caribenha' de outubro de 1962 que quase

Jürgen Hell e a  
produção historiográfica  
sobre o Brasil na  
ex-República  
Democrática Alemã

Locus:  
revista de  
história,  
Juiz de Fora,  
v. 12, n. 1,  
p. 161-179, 2006

leveu as duas potências mundiais a uma guerra atômica e a intervenção norte-americana na República Dominicana assim como os demais movimentos surgidos em todo o continente incluindo aí os golpes militares, iniciando com o do Brasil em 1964, fizeram com que as atenções, não só dos historiadores dos países socialistas, se voltassem para os problemas fundamentais da região.<sup>20</sup> Em 1963 Max Zeuske publicou *Elementos para a questão agrária na América Latina* e em 1964, *A formação do Partido Unido da Revolução Socialista de Cuba*. Jürgen Hell escreveu em 1966 o seu clássico livro *Pequena História do Povo Cubano*.<sup>21</sup> J. Kübler publicou em 1967 o seu respeitado trabalho *A Aliança para o Progresso. Raízes e Fracassos da Nova Orientação da Política dos Estados Unidos para a América Latina sob John F. Kennedy*.<sup>22</sup> Mesmo Manfred Kossok, aproveitando dos conhecimentos adquiridos durante a sua estadia no Chile como professor convidado, dedicou dois trabalhos a questões da atualidade. Em 1965 escreveu *Revolução em Liberdade. Reformismo burguês e Partidos Cristão-Democratas na América Latina* e, em 1966, *Exército e Política na América Latina*.<sup>23</sup>

Nos anos 70 houve uma certa mudança de enfoque dado pelos latino-americanistas da Alemanha Oriental. Com a fundação do Conselho Científico para Ásia, África e América Latina em 1966 e com o início do trabalho multilateral do grupo da comissão 'Economia e Política dos Países em Desenvolvimento' da Academia de Ciências dos Países Socialistas, as concepções baseadas na história comparativa assim como a necessidade de integração das pesquisas latino-americanas no perfil da História das Revoluções, possibilitaram novos temas ou enfoques. Manfred Kossok, por exemplo, o mais conceituado historiador latino-americanista da RDA e responsável pela formação de gerações de pesquisadores, estava preocupado com a história total, universal. Através do 'modelo' da Revolução Francesa de 1789 dedicou-se, numa perspectiva de história comparada, a pesquisar as principais revoluções da Época Moderna. Seus trabalhos procuraram analisar o desenvolvimento da burguesia e da sua relação, de um lado, com os grupos políticos revolucionários ('elites condutoras') e de outro, com as massas populares ('camadas baixas'). Influenciado inicialmente pelo conceito de revolução ampla, americana, burguesa e capitalista do americano William Z. Foster<sup>24</sup> e inspirado mais tarde pelo conceito de Lênin sobre o ciclo das revoluções burguesas da Época Moderna, Kossok, através da história comparada das revoluções, levou a idéia de 'ciclo revolucionário americano' além dos marcos propostos por Foster, isto é, até a guerra de independência cubana e a guerra hispano-norte-americana (1898).<sup>25</sup> Para ele, o ciclo revolucionário da Época Moderna compreende um período de 300 anos que se estende do primeiro quarto do século XVI até o início do

século XX sendo 1917 a sua cesura final. As revoluções ocorridas nesta época tiveram um caráter sócio-econômico burguês e tinham como tarefa a substituição da ordem feudal pela capitalista.<sup>26</sup> Kossok procurou desenvolver um método, uma tipologia ou seja, uma sistemática da comparação das revoluções da Época Moderna. Para isso definiu quatro modelos de revolução: 1. a revolução no feudalismo contra o feudalismo (tipo França em 1789 considerada o protótipo da revolução burguesa); 2. a revolução no capitalismo para o capitalismo (tipo França em 1830 e 1848); 3. a revolução a caminho do capitalismo (tipo Alemanha em 1848) e 4. a “revolução burguesa sob hegemonia do proletariado” (tipo Rússia em 1905).<sup>27</sup>

Em relação à América Latina e demais regiões afastadas do eixo central das revoluções ‘clássicas’, Kossok oferece para a discussão sete critérios sobre as chamadas revoluções periféricas (“um conceito para fins de trabalho que significa primeiramente uma ligação multidimensional de determinados fatores como geográfico, temporal e estrutural de distância do eixo central das revoluções”<sup>28</sup>) que, de maneira sintética, podemos resumir da seguinte maneira: 1. a revolução se realiza sobre condições sócio-econômicas específicas que são determinadas pela pouca maturidade do elemento capitalista. No caso das regiões coloniais e semicoloniais, deve ser levado em conta o problema da deformação dos princípios de desenvolvimento capitalistas e do subdesenvolvimento impossibilitando uma transferência esquemática dos modelos ‘clássicos’ de revolução; 2. devido às fracas condições de desenvolvimento objetivo da revolução, os fatores subjetivos e as suas funções compensatórias podem desempenhar um papel importante. Um dos exemplos de fator subjetivo seria o papel assumido por personalidades ou determinadas instituições como, para a América Espanhola, Simon Bolívar e o exército; 3. o papel do exército e a questão da hegemonia em algumas revoluções (‘militarização’ da revolução); 4. discrepância entre hegemonia e movimento popular, isto é, as relações entre o caráter de classe e a base das massas. No caso do Brasil, Kossok cita a luta da aristocracia monarquista colonial tanto contra Portugal quanto contra o perigo de um movimento radical-republicano no ‘Hinterland’ (1817 em Pernambuco); 5. importante para o desfecho das revoluções é a questão de compromisso de classe. Como consequência da existência de uma burguesia fraca e o déficit hegemônico ligado a ela, estabeleceu-se na maioria das vezes elementos protocapitalistas como representante do novo poder, isto é, pode ocorrer um compromisso de classe que venha provocar um desenvolvimento autóctone dinâmico e prejudicar claramente a própria burguesia. No caso da América Latina, foram os grandes proprietários de terra crioulos, cujo monopólio de poder não

Jürgen Hell e a  
produção historiográfica  
sobre o Brasil na  
ex-República  
Democrática Alemã

Locus:  
revista de  
história,  
Juiz de Fora,  
v. 12, n. 1,  
p. 161-179, 2006

teve somente conseqüências para o desenvolvimento sócio-econômico da região, mas também para o seu perfil político-institucional, para o caráter da autoridade pública e para o desenvolvimento posterior de consolidação da Nação; 6. influência dos fatores exógenos, positivos e negativos, supremacia das respectivas metrópoles, lugar no sistema internacional de divisão do trabalho e influência de outras revoluções como, para a América Latina, a Guerra de Independência Norte-americana (1775/83) e sobretudo, a Revolução Francesa, cujos 'raios' atingiram o Haiti em 1790/91, primeira revolta escrava vitoriosa da história universal; 7. como as revoluções 'periféricas' permaneceram em regra geral, incompletas ou fracassaram (exceção a revolução haitiana e a mexicana de 1910 nas quais ocorreu a ruptura burguês-democrática), se impôs no final o caminho reformista para o capitalismo conservando restos das estruturas colonial-feudais mantidas após as independências. Com isso, não só foi mantido um campo propício para novas revoluções como também foram consolidadas condições para novas formas de dependência.<sup>29</sup>

Através dos modelos de revolução burguesa ou da sua definição tipológica e de seus estudos sobre a América Latina, Kossok influenciou gerações de historiadores da Alemanha Oriental principalmente através do Centro Interdisciplinar de Investigação Comparativa das Revoluções em Leipzig e das discussões e publicações daí resultantes, entre eles os três 'brasilianistas' de maior destaque, Jürgen Hell (Berlim), Erich Kalwa (Leipzig) e Jens Henschke (Rostock).<sup>30</sup>

Nesta perspectiva de estudo sobre as Revoluções, podemos citar o trabalho publicado em 1974 por M. Kossok, J. Kübler e Max Zeuske *Uma tentativa para a dialética da Revolução e da Reforma no desenvolvimento histórico da América Latina (1809 - 1917)*<sup>31</sup>, sobre o Brasil, a palestra proferida por Jürgen Hell na Conferência de Latino-americanistas dos Países Socialistas realizada em Leipzig em junho de 1976 sobre 'La dimensión nacional y social de la revolución independentista brasilena (1808 - 1825).'<sup>32</sup> Nesta palestra, Hell levanta algumas questões como: por que a coroa portuguesa mudou as relações entre metrópole e colônia; qual era o caráter da estrutura social brasileira no momento histórico mundial da revolução anticolonial; quais eram os objetivos, os modelos e os ideais das classes; em que fases transcorreu a luta de independência; por que foi mantida a unidade territorial do Brasil; que lugar ocupa a independência nos ciclos da revolução burguesa brasileira. Para ele, a independência brasileira não foi uma evolução e sim uma revolução e como tal, um elo da emancipação continental. A 'grande revolução americana' foi inaugurada pela norte-americana (1775-1783), continuada pela revolução dos escravos haitianos (1790-1804),

prosseguida no Brasil (1808-1825) e finalizada na América espanhola com as revoluções anticoloniais (1810-1826). Somente as 'colônias de *plantatio*' na Guiana e nas ilhas caribenhas ficaram excluídas da libertação. Também não foi uma causalidade a sucessão de emancipações regionais. Ela reflete o amadurecimento periódico das condições da revolução nas sociedades coloniais americanas. Hell dá ênfase à estrutura étnica e social da sociedade brasileira e à posição que as distintas classes adotaram em relação à independência e que conteúdo social lhe deram. Não me deterei neste texto pois o autor retomará as suas principais idéias no seu livro *Sklavenmanufaktur und Sklavenemanzipation in Brasilien* de 1986.

Em relação ao Brasil, podemos ainda citar, dentro dos estudos sobre as revoluções, os trabalhos de Erich Kalwa *O Tenentismo brasileiro: O Exército no ciclo das Revoluções Burguesas (1889 - 1930)* e *A Revolução Francesa de 1789 e a Independência brasileira (1789 - 1822)*, capítulo publicado na obra organizada por Manfred Kossok e Editha Kross sobre os efeitos mundiais da Revolução Francesa.<sup>33</sup>

Os acontecimentos mundiais nos anos 70 também obrigaram o Instituto de Rostock a realizar algumas modificações como, por exemplo, a criação do Departamento de Português. A Revolução dos Cravos em Portugal e principalmente os movimentos anticoloniais de independência em Angola e Moçambique despertaram o interesse político da Alemanha Oriental pelas duas ex-colônias portuguesas.<sup>34</sup> Daí a necessidade de um número grande de tradutores-intérpretes à disposição do governo e a produção de trabalhos universitários sobre a língua portuguesa.

Através do trabalho de Ahrendt-Völschow, podemos resumir, pelo menos para as ciências regionais da América Latina da Universidade de Rostock, o seu desenvolvimento em três etapas:

1. Na primeira etapa, de 1959 a 1968, ocorre a mudança de perfil de um instituto voltado inicialmente para língua e literatura numa instituição mais complexa voltada para a pesquisa e ensino sobre os problemas da América Latina.
2. Entre 1968 e início dos anos 80, a segunda etapa, houve um grande esforço para estabilizar o ensino e atrair uma nova geração de cientistas não só entre os seus próprios estudantes mas também os, de outras instituições.
3. A terceira etapa, a partir dos anos 80 até o fim das atividades do Instituto, foi marcado pelo aumento considerável de professores universitários assim como das pesquisas realizadas. A partir de 1990/91 deu-se o início da redução das atividades e do número de docentes até o fechamento, por razões políticas, pelo governo.<sup>35</sup>

## Jürgen Hell

Jürgen Hell nasceu em 1935 em Berlim. Entre 1954 e 1959, estudou História Universal e Estudos Hispânicos na Universidade Humboldt de Berlim. Como aluno de Friedrich Katz, pesquisador vienense especialista em história do México e desde 1956 professor no Instituto de História Geral da Universidade Humboldt, Hell foi se especializando na história da América Espanhola e Portuguesa. Seu trabalho de fim de curso foi sobre a exportação de capital alemão para o Chile pelo Ministério das Relações Exteriores antes da Primeira Guerra Mundial. O Brasil despertou o interesse de Hell quando, durante um estágio no Arquivo do Estado de Mecklenburg em Schwerin, se deparou com a documentação sobre a propaganda feita pelo Major Anton von Schäffer em 1824 para angariar soldados para os Batalhões de Legionários que deveriam ser formados no Brasil. Através desta documentação e do livro sobre o Brasil independente escrito por Schäffer, Hell passou a se interessar pelo movimento de Independência e a problemática da imigração alemã no Brasil. Entre 1960 e 1965 foi assistente no Instituto de Línguas Românicas, mais tarde Instituto Latino-Americano da Universidade de Rostock, tendo passado o ano universitário de 1960/61 em Moscou no Instituto de Relações Internacionais. De volta a Rostock, deu cursos sobre História do Brasil e passou a preparar o seu doutorado sobre *A política do Império Alemão para transformar o Sul do Brasil numa Nova Alemanha Ultramarina (1890-1914)* defendido em 1966. Em 1963 foi encarregado de escrever um livro sobre a história de Cuba que lhe proporcionou uma estadia de meio ano em Havana. Entre 1965 e 1970 como historiador independente, publicou vários artigos para revistas assim como a sua *Pequena História do povo Cubano* (1966). Em 1970 passou a fazer parte do Departamento de História Geral do Instituto de História Alemã da Academia de Ciências da República Democrática Alemã, em Berlim, que nos anos 80 foi transformado em Instituto de História Geral.<sup>36</sup> Como historiador da Academia de Ciências, prosseguiu suas pesquisas sobre a História do Brasil e de Cuba. Em 1986 publicou o seu trabalho *Sklavenmanufaktur und Sklavenemanzipation in Brasilien 1500 - 1888* e, em 1989, *História de Cuba*. Com a Unificação da Alemanha em 1990, a Academia de Ciências da República Democrática Alemã foi praticamente fechada permanecendo em atividade alguns poucos pesquisadores. Hell continuou trabalhando no Programa de Integração para Cientistas até 1996, quando então se aposentou.<sup>37</sup>

Para a realização de *Sklavenmanufaktur und Sklavenemanzipation in Brasilien 1500 - 1888*, Hell usou como fonte a literatura de viagem dos séculos XVI ao XIX existente no Arquivo Central do Estado da RDA

em Potsdam, no Arquivo da Academia de Ciências da União Soviética em Leningrado, no Arquivo Secreto do Estado em Berlim (Ocidental), na Biblioteca da Universidade de Berlim (Oriental), no Instituto Geográfico da Academia de Ciências em Leipzig, no Instituto Latino-americano em Moscou, no Instituto Ibero-americano de Berlim (Ocidental), no Instituto Latino-americano de Estocolmo e no de Szeged assim como na Biblioteca Nacional 'José Martí' em Havana. A bibliografia consultada por Hell é bastante abrangente e o autor teve acesso às principais obras dos historiadores brasileiros e norte-americanos não só nas instituições acima mencionadas mas também, durante suas viagens internacionais para participar de simpósios, privilégio dado a historiadores como ele, ligados a uma instituição como, por exemplo, a Academia de Ciências.

Hell decidiu se dedicar à história do Brasil pois, no seu entender, não havia uma interpretação da revolução social da abolição da escravidão no Brasil do ponto de vista marxista. Ele parte dos seguintes pressupostos: 1. a escravidão americana é uma relação de produção capitalista-manufatureira e de *plantation*; 2. as formas da manufatura escravista são os complexos produtivos açucareiro, cafeeiro, de algodão, mineiro e manufatureiro urbano; 3. a libertação dos escravos faz parte da revolução burguesa na transição do capital manufatureiro para o fabril dentro da mesma formação sócio-econômica; 4. a emancipação dos escravos apesar de ser parte do movimento nacional burguês para impor o capitalismo fabril, é obra dos próprios escravos; 5. os caminhos para se chegar à abolição da escravidão no Brasil combina movimento nacional contra a escravidão com revoltas e fugas em massa dos escravos; 6. a emancipação dos escravos é condição *sine qua non* para a consolidação da nação e a condição prévia para a formação do proletariado.<sup>38</sup>

O autor inicia a sua obra com uma nota explicativa sucinta, na qual deixa claro o seu ponto de partida. Para ele, a manufatura escravista foi a primeira etapa da formação capitalista no Brasil. Esta surgiu como complexo produtivo do açúcar, do café, do algodão, das minas, da exploração da madeira de lei assim como das manufaturas nas cidades e cunhou até 1888, a história econômica, política, militar e cultural da sociedade brasileira. Na Independência, a manufatura escravista determinou a forma imperial das relações de soberania e a preservação do território de extensão continental. Na passagem do estágio do capital manufatureiro para o industrial, o componente socialmente dominante foi então a libertação dos escravos. Para ele, os caminhos escolhidos na América para a imposição desta libertação foram diferentes mas possuíam o mesmo conteúdo compreendendo tanto a revolução escrava e a guerra de libertação no Haiti, a revolução

Jürgen Hell e a  
produção historiográfica  
sobre o Brasil na  
ex-República  
Democrática Alemã

Locus:  
revista de  
história,  
Juiz de Fora,  
v. 12, n. 1,  
p. 161-179, 2006

de independência burguês-democrática em Cuba, a reforma como resultado da revolta na Jamaica, a guerra civil entre as duas formas de capital nos Estados Unidos assim como o movimento nacional contra a escravidão combinado com as revoltas e fugas em 'massa' dos escravos no Brasil. Nas sociedades de *plantation*, a emancipação dos escravos determinou a formação da Nação e o desenvolvimento do capitalismo fabril tendo como base o trabalho assalariado. Esclarece que, partindo do modelo marxista, faz uma análise da ascensão e superação da manufatura escravista na história do Brasil.<sup>39</sup> Sendo assim, considera o período que vai desde o descobrimento até a abolição como uma etapa, como a primeira fase da formação capitalista no Brasil que não foi alterada nem com a Independência em 1822 nem com o fim do tráfico de escravos em 1850.

Hell divide o seu trabalho em quatro grandes capítulos. No primeiro capítulo trata da incorporação das comunidades indígenas ao império colonial português (1500 - 1550); no segundo, se dedica à análise da manufatura escravista como base da sociedade colonial (1550 - 1808); já no terceiro capítulo se detem ao estudo da Independência e o problema da escravidão (1808 - 1831) e, no quarto, o último, trata do período da emancipação escrava (1831 - 1888/89). Não tenho a intenção de fazer uma análise desta obra mas sim de ressaltar alguns aspectos da análise de Hell que seguem o modelo de ciclo revolucionário burguês proposto por Kossok e seu centro de pesquisa.

No capítulo III, sobre a Independência e o problema da escravidão, Hell analisa a crise do 'domínio' colonial, a 'abolição' (do status) de colônia e, mais detalhadamente, a Revolução Republicana em Pernambuco no ano de 1817. Para ele, foi a partir desta experiência - apesar do seu fracasso na tentativa de construir um Estado republicano com cidadãos livres - que os 'senhores capitalistas de escravos', passaram a procurar uma forma de independência que mantivesse a escravidão sob a proteção de uma monarquia constitucional (p. 163). O autor considera a Independência como uma revolução 'de cima', feita pela classe hegemônica dos proprietários de escravos que escolheram o Príncipe Regente como seu representante. Baseado no livro de Anton von Schäffer<sup>40</sup>, 'uma testemunha ocular', Hell afirma que a força motriz da revolução de Independência, foram os movimentos populares - civis e militares - pouco pesquisados pela historiografia tradicional. Infelizmente ele não aprofunda esta questão (pp. 164) neste livro mas, no seu pequeno artigo de 1976 sobre a Independência, o autor cita como movimentos populares, os levantes dos haussas, yorubas e ewes na Bahia em 1807, 1808, 1809, 1813 e 1816.<sup>41</sup>

Em relação à eterna questão de como o Brasil conseguiu após a Independência manter sua unidade nacional apesar das suas

proporções continentais e das diferenças de interesses regionais, o autor discorda das explicações mais freqüentes sobre esta questão como, por exemplo, de que havia continuidade da coroa e da burocracia real, de que os senhores de engenho ascendiam à aristocracia cortesã mediante a concessão de títulos de nobreza, e de que a alta burguesia comercial necessitava do centralismo monárquico para defender os seus privilégios nas distintas regiões. Hell concorda com a importância desses motivos mas não os considera decisivos. Na sua opinião, as principais causas foram a escravidão em massa e o comércio de escravo, cuja conservação requeria um poder 'extra-econômico' forte e centralizado, a existência de um mercado nacional importante e as relações comerciais entre o sul, o nordeste e o norte, e a existência de uma consciência nacional, caracterizada pela Ilustração, que serviu à construção de um consenso sobre as singularidades do Brasil, do Amazonas ao Rio Grande do Sul. Mas, na sua opinião, foi a escravidão, em última instância, que determinou a forma das relações de soberania (pp. 167 - 168).

No fim do seu abrangente capítulo sobre a Independência, Hell critica a historiografia brasileira que afirma que a Independência não foi uma revolução mas sim uma declaração, 'uma transferência pacífica de poder atrás das costas do povo'<sup>42</sup>. Para o autor, a Independência não foi uma evolução sem violência mas sim uma revolução 'de cima' através da pressão 'de baixo', uma variante conservadora das revoluções de independência na América Latina. Finalizando, diz que a Independência brasileira com suas etapas 1789-1807, 1808-1820, 1821-1825, 1831-1834 constitui a fase anticolonial do ciclo revolucionário burguês no Brasil (pp. 174).

Após a fase anticolonial, o autor trata no quarto capítulo da época da emancipação escrava que se estende de 1831 a 1888/89. Durante esta época, várias revoltas e algumas mudanças sócio-econômicas vão impulsionar a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado, isto é, a passagem do estágio manufatureiro do capital para o fabril como, por exemplo, a repressão do tráfico transatlântico de escravo e em 1850 da sua abolição, a colonização camponesa no sul do Brasil, a revolta escrava dos nagôs na Bahia, a Cabanagem no Pará (1835), a Balaiada no Maranhão (1838/41), a Revolução Praieira em Pernambuco (com suas etapas: 1817-1824-1848), a formação do complexo cafeeiro e a introdução de trabalhadores assalariados europeus e, por fim, a industrialização. Nesta fase nacional, repleta de revoltas e revoluções, a prioridade foi a questão social que no Brasil estava intrinsecamente ligada à questão da emancipação escrava. Neste capítulo Hell analisa detalhadamente cada manifestação, as forças em jogo, tanto regionais/nacionais quanto internacionais, a composição social de cada revolta e as diferentes fases das alianças e

Jürgen Hell e a  
produção historiográfica  
sobre o Brasil na  
ex-República  
Democrática Alemã

Locus:  
revista de  
história,  
Juiz de Fora,  
v. 12, n. 1,  
p. 161-179, 2006

compromissos dos grupos envolvidos, os avanços e recuos dos grupos regionais dominantes e a participação popular assim como os vários tipos de resistência escrava – revoltas, fugas e boicotes da produção. Para ele, as revoltas e fugas contínuas dos escravos pressionaram ‘de baixo’ as reformas feitas ‘de cima’ e, concluindo, a necessidade de uma forma imperial de uso do poder extra-econômico contra as classes populares e, o revezamento do poder entre liberais e conservadores acabou quando o movimento burguês nacional e a resistência escrava lutaram pela liberdade do trabalho e quando o sistema antigo de poder bloqueou a dinâmica da transição para o capitalismo fabril (pp. 238). O autor não deixa de analisar as novas idéias em voga na Europa e a sua influência na ‘inteligência burguesa’ brasileira, responsável pela emancipação escrava (juntos com os próprios escravos) e pela modernização (industrialização) do país. O golpe final deflagrado contra a monarquia foi dado pelo movimento republicano e pelo exército e seu ideal positivista de progresso e ditadura republicana (pp. 239).

Qual é a importância do livro de Jürgen Hell? Dentre os latino-americanistas da Alemanha Oriental – como também da Alemanha Ocidental – na sua maioria especializados em América Espanhola, o livro de Hell passou a ser leitura obrigatória quando, numa perspectiva de história comparada, faziam referência ao Brasil. Trata-se de um dos poucos trabalhos onde se fez uma análise interpretativa da história do Brasil desde o descobrimento até a abolição da escravidão. Hell, que havia publicado em 1966 *Pequena História do Povo Cubano*<sup>43</sup>, se interessou pelo Brasil exatamente por este ter sido, como Cuba, uma sociedade escravocrata durante um período tão longo.<sup>44</sup> Um outro mérito do seu trabalho é ter feito, quando possível, comparações com a história de outros países seguindo assim o modelo teórico-metodológico vigente nos institutos universitários de História Moderna da Alemanha Oriental. Quando trata do processo de abolição do tráfico de escravos, analisa a revolução industrial inglesa e suas conseqüências econômicas mundiais não deixando de abordar a ideologia quaker-puritana de ‘direitos humanos’ em defesa da abolição (pp. 183-185). Vê o processo de desintegração da grande manufatura escravista no Brasil como parte dos processos de desintegração norte-americanos, antilhano e das Guianas; já os efeitos da Guerra do Paraguai para a emancipação escrava podem ser comparados aos efeitos da Guerra da Crimeia (1853-1856) para a emancipação da servidão na Rússia (pp. 229). Enfim, coloca a História do Brasil como parte integrante da História Universal. Sua análise marxista da História do Brasil que tem como base o ‘modo de produção escravista’ (não usa este termo) continua a ser até hoje um dos poucos trabalhos em língua alemã que tenta entender e interpretar a nossa história em linhas gerais tendo como base a escravidão, elemento determinante de todas as instâncias, cultural, militar, política

e econômica. Daí o fato de ser ainda um trabalho importante enquanto obra de referência para a introdução da História do Brasil nos vários Institutos de História da América Latina junto aos pesquisadores e alunos das universidades alemãs. Na falta de traduções para o alemão de obras clássicas de historiadores brasileiros, o *Sklavenmanufaktur und Sklavenemanzipation in Brasilien 1500-1888* de Jürgen Hell, pode suprir bem esta grande lacuna se os preconceitos por parte dos que se interessam pelo assunto, puderem ser superados.

### Abstract

The aim of this article is to give a broad outline of the historiographic production about Brazil in the German Democratic Republic highlighting the research carried out by Jürgen Hell.

**Keywords:** historiography; German Democratic Republic; History of Brazil.

### Notas

<sup>2</sup> Entre os latino-americanistas alemães, a História do Brasil foi e continua a ser 'marginalizada' apesar dos grandes interesses econômicos por parte do governo alemão pelo Brasil e, atualmente, dos interesses pela cultura brasileira entre a população. Os estudos de História da América Latina fazem parte da história regional e o Brasil acaba sendo, dentro da história comparada, o que os demais países da América espanhola não foram.

<sup>3</sup> Walter Markov (1909 – 1994), estudou história, geografia, filosofia, história das religiões, orientalismo e estudos eslavos em Leipzig, Colônia, Berlim, Hamburgo e Bonn concluindo seu doutoramento em 1934. Devido a sua participação num grupo de resistência na Universidade de Bonn, foi condenado em 1935 a 12 anos de prisão. Em 1949 foi nomeado professor e diretor do Instituto na Universidade de Leipzig onde, junto com Werner Krauss, Ernst Bloch e Hans Mayer, influenciou nos anos 50 o ambiente intelectual da instituição. Em 1953 foi expulso do SED (Partido Socialista Único Alemão). Markow é considerado o pai da história marxista da Alemanha Oriental e conhecido internacionalmente como um grande pesquisador da História das Revoluções. Ver: Max Zeuske: Zur Geschichte der Lateinamerikawissenschaft der DDR. Quetzal, Nr. 6/7, Maio 1994; pp. 8 – 11.

<sup>4</sup> Sobre os Institutos de América Latina em Leipzig e Rostock nos tempos da República Democrática Alemã, ver Michael Zeuske, "Religión e iglesia latino-americanas en la historiografía de República Democrática Alemana. Apuntes sobre instituciones y rasgos principales (1954 - 1990)"; in: Hans-Jürgen Prien (ed.), Religiosidad e Historiografía. Frankfurt/M, Vervuert, 1998; pp. 209 - 221.

<sup>5</sup> Aldabert Dessau (1928 – 1984) estudou romanística em Berlim. Em 1960 defendeu sua tese de livre-docência na Universidade de Rostock que tratava dos romances mexicanos sobre a revolução. De 1960 a 1981 foi diretor da Seção de Ciências da América Latina. Como pesquisador, esteve no México, Brasil, Chile e Cuba. Ver: Max Zeuske: Zur Geschichte der Lateinamerikawissenschaften der DDR. Quetzal, Nr. 6/7, Mai 1994, pp. 8-10.

<sup>6</sup> Ahrendt-Völschow, Dörte: Die Lateinamerikawissenschaften an der Universität

Jürgen Hell e a produção historiográfica sobre o Brasil na ex-República Democrática Alemã

Locus:  
revista de  
história,  
Juiz de Fora,  
v. 12, n. 1,  
p. 161-179, 2006

Rostock von 1958 - 1995. Rostocker Informationen zu Politik und Verwaltung, Heft 23, 2004; pp. 12.

<sup>7</sup> "Lateinamerika. Semesterbericht des Lateinamerika-Institut der Universität Rostock". Ver: Max Zeuske: Zur Geschichte der Lateinameikawissenschaften der DDR. Quetzal. Nr. 6/7, Mai 1994, pp. 8 - 11.

<sup>8</sup> Ahrendt-Völschow: op. cit., pp. 8, 12, 15, 16.

<sup>9</sup> Zeuske, Max: op. cit.

<sup>10</sup> A 'Doutrina Hallstein' defendia o princípio de que o Governo da República Federal da Alemanha era o único representante legítimo do povo alemão, o que levou ao isolamento, nos anos 50 e 60, da República Democrática Alemã no âmbito internacional. O Estado da Alemanha Oriental era reconhecido somente pelos países do Bloco Comunista. Com o Tratado de Moscou em 1970 e , com o 'de Princípios Grundlagenvertrag' em 1972 entre os dois Estados Alemães, a 'Doutrina Hallstein' foi abandonada pelo Governo de Bonn. Ver: [www.school-scout.de/Hallsteindoktrin.cfm](http://www.school-scout.de/Hallsteindoktrin.cfm)

<sup>11</sup> Com a exceção de Cuba, a RDA estabeleceu relações diplomáticas somente a partir de 1971 com os países do continente sendo o Chile o primeiro dentre eles. Ver: N. Werz na introdução do trabalho de Ahrendt-Völschow: op. cit., pp. 5-7.

<sup>12</sup> UAR: SLAW8, Auszug aus dem Statut: 'Die Aufgabe der Sektion im entwickelten gesellschaftlichen System des Sozialismus', cit. in: Ahrendt-Völschow: op. cit., pp. 16-17.

<sup>13</sup> Ahrendt-Völschow: op. cit., pp. 16.

<sup>14</sup> Manfred Kossok (1930 - 1993), catedrático de História Geral Moderna, havia estudado em Colônia com Richard Konetzke (1897 - 1980) tendo sido responsável em 1960 pela organização do Núcleo de Estudo Latino-americano da Universidade de Leipzig. Foi diretor entre 1974 e 1990 do Centro Interdisciplinar de Investigação Comparativa das Revoluções e do Seminário Latino-Americano fundado em 1974 após o golpe de Pinochet no Chile. Ver: Max Zeuske: op. cit., pp. 9

<sup>15</sup> Manfred Kossok: "Zur Geschichte der deutsch-lateinamerikanischen Beziehungen (Forschungs- und Periodisierungsprobleme)": Hansische Geschichtsblätter 84 (Köln-Graz 1966), pp. 49;

<sup>16</sup> Zeuske, Max und Strulik, Ulrich. "Die Geschichte der deutsch-lateinamerikanischen Beziehungen vom Ende des 19. Jahrhunderts bis 1945 im Spiegel der DDR-Historiographie"; Jahrbuch für Geschichte, von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas, Band 25, 1988, S. 807 - 830

<sup>17</sup> Zeuske e Strulik: op. cit., pp. 808.

<sup>18</sup> Friedrich Katz: "Einige Grundzüge der Politik des deutschen Imperialismus in Lateinamerika 1898 - 1914": Der deutsche Faschismus in Lateinamerika 1933 - 1943, Hg. Haeinz Sanke (Berlin 1966), pp. 9 - 69. Klaus Kannapin: *Die deutsch-argentinischen Beziehungen von 1871 - 1914 unter besonderer Berücksichtigung der Handels- und Wirtschaftsbeziehungen und der Auswanderungspolitik* (Tese de Doutorado, Berlin 1964).

<sup>19</sup> Hell, J.: *Der Griff nach Südbrasilien: Die Politik des Deutschen Reiches zur*

*Verwandlung der drei brasilianischen Südstaaten in ein überseeisches Neudeutschland (1890-1914)*. (Tese de Doutorado, Rostock 1966, não publicada); "Deutschland und Chile von 1871 - 1918" : Wissenschaftliche Zeitschrift der Universität Rostock. Gesellschafts- und sprachwissenschaftliche Reihe 14/1-2, 1965. "Das "südbrasilianische Neudeutschland". *Der annexionistische Grundzug der wilhelminischen und nazistischen Brasilienspolitik (1895 bis 1938)*: Der Deutsche Faschismus in Lateinamerika 1933 - 1943: Wissenschaftliche Zeitschrift der Humboldt-Universität zu Berlin, 1966, pp. 103-124.

<sup>20</sup>Zeuske: Zur Geschichte der Lateinamerikawissenschaften der DDR; in: Quetzal, Nr. 6/7, Mai 1994, pp. 8-11.

<sup>21</sup>*Kurze Geschichte des kubanischen Volkes*, Berlin 1966. Esta obra foi revisada e republicada em 1989 pela Deutscher Verlag der Wissenschaften, em Berlim, com o título *Geschichte Kubas*.

<sup>22</sup>J. Kübler: *Die Allianz für den Fortschritt. Wurzeln und Mißerfolg der strategisch-taktischen Neuorientierung der Lateinamerikapolitik der USA unter John F. Kennedy*.

<sup>23</sup>Kossok: *Revolution in Freiheit. Bürgerlicher Reformismus und christlich-demokratische Parteien in Lateinamerika*, (1965); *Armee und Politik in Lateinamerika*, (1966).

<sup>24</sup>Foster, William Zebulon: *Geschichte beider Amerika*. Berlin, Dietz Verlag, 1959.

<sup>25</sup>Zeuske, Michael: Lateinamerikanische und spanische Geschichte im Werk von Manfred Kossok. (material não publicado). Kossok publicou vários artigos sobre o tema como, por exemplo, "Charakter und historischer Ort der Unabhängigkeitskriege Lateinamerikas", in: *Asien, Afrika, Lateinamerika* 4 (1976), H. 6, S. 937-960; "Alternativen gesellschaftlicher Transformation in Lateinamerika: Die Unabhängigkeitsrevolution von 1790 bis 1830. Eine Problemskizze". *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, Band 28 (1991), pp. 223 - 249.

<sup>26</sup>Kossok: Hegemonie und Machtfrage in den neuzeitlichen Revolutionen. Theoretische Fragestellungen und empirische Probleme; in: Kossok: *Zwischen Reform und Revolution: Übergänge von der Universal- zur Globalgeschichte*. Ausgewählte Schriften, Hg. Von Matthias Middell, Band 3. Leipzig, Leipzig Universitätsverlag, 2000; pp.109 - 130.

<sup>27</sup>Kossok: Revolutionärer und reformerischer Weg beim Übergang vom Feudalismus zum Kapitalismus. Ein Diskussionsbeitrag; in: Kossok: *Zwischen Reform und Revolution: ...*; pp. 67- 94.

<sup>28</sup>Kossok: Hegemonie und Machtfrage in den neuzeitlichen Revolution . Theoretische Fragestellungen und empirische Probleme; in: *Zwischen Reform und Revolution ...*; pp. 125-126.

<sup>29</sup>Kossok: Hegemonie und Machtfrage ...; pp. 126 - 127. Em seu artigo "Alternativen gesellschaftlicher Transformation in Lateinamerika: Die Unabhängigkeitsrevolutionen von 1790 bis 1830. Eine Problemskizze". *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, Band 28 (1991); pp. 223-249, Kossok se propõe a examinar os diferentes caminhos alternativos que parecem terem sido viáveis durante o processo revolucionário na América Latina de 1790 a 1830. Diferentes condições de natureza sócio-econômicas, étnicas e político-institucionais tiveram como consequência, diversos, projetos' de

Jürgen Hell e a  
produção historiográfica  
sobre o Brasil na  
ex-República  
Democrática Alemã

Locus:  
revista de  
história,  
Juiz de Fora,  
v. 12, n. 1,  
p. 161-179, 2006

emancipação anticoloniais. Em relação a isso, segundo Kossok, é necessário ressaltar a importância da personalidade do líder revolucionário cujo papel ele analisa neste ensaio através do exemplo de Dr. Francia. Infelizmente o autor não inclui o Brasil na sua análise.

- <sup>30</sup>Um outro historiador da Alemanha Oriental especializado em História do Brasil é Jens Hentschke com um número considerável de livros e artigos sobre o país. Hentschke se formou na Universidade de Rostock e hoje é professor na Universidade de Newcastle, Inglaterra, publicou seus primeiros trabalhos em 1989, isto é, já no fim da República Democrática Alemã. Apesar de ter tido uma formação marcada ideologicamente pelas correntes universitárias da Alemanha Oriental, não fez menção aos seus trabalhos pois os considero fora do período tratado por mim neste artigo e livre das exigências impostas pelas autoridades da RDA.
- <sup>31</sup>“Ein Versuch zur Dialektik von Revolution und Reform in der historischen Entwicklung Lateinamerikas (1809 – 1917); in: Kossok (org.): Studien zur vergleichenden Revolutionsgeschichte (1500 - 1917), Berlin, 1974, pp. 179 – 198.
- <sup>32</sup>Palestra realizada na conferência dos latino-americanistas de países socialistas celebrada em Leipzig em junho de 1976; pp. 9-21.
- <sup>33</sup>Kalwa, E.: *Der brasilianische Tenentismo: Die Armee im nationalen bürgerlichen Revolutionszyklus (1889 – 1930)*, Tese de doutorado não publicada, Leipzig 1977; *Die Französische Revolution von 1789 und die brasilianische Independência (1789 – 1822)*; in: Manfred Kossok und Editha Kross: *1789 – Weltwirkung einer großen Revolution*. Berlin, 1989. Band 2, pp. 542-576.
- <sup>34</sup>Zeuske, Max: *Lateinamerikawissenschaft der DDR ...*; in: Quetzal, Nr. 10, Frühling 1995, pp. 26 – 29.
- <sup>35</sup>Ahrendt-Völschow: Op. cit., pp. 54. Através do trabalho de mestrado de Dörte Ahrendt-Völschow é possível quantificar a produção de trabalhos sobre a América Latina na Universidade de Rostock entre 1958 e 1995. Em história foram 12 teses de livre-docência, 42 de doutorado e 149 trabalhos de final de curso. (Ver: Nikolaus Werz na sua introdução ao trabalho de Ahrendt-Völschow, pp. 6.)
- <sup>36</sup>A Academia de Ciências da República Democrática Alemã foi reaberta no dia 1º de agosto de 1946 como organização sucessora da antiga Academia Prussiana de Ciências, sociedade pequena, elitista, estatal que reunia os pensadores de renome da época. Antes da Guerra, a Academia tinha como prioridade os estudos de ciências humanas se dedicando principalmente à edição dos grandes escritores e cientistas alemães como Goethe e Alexander von Humboldt. A partir de 1946, a ‘nova’ Academia deveria ser remodelada, de uma ‘instituição científica burguesa para uma instituição científica socialista’ tendo como modelo a Academia de Ciências da União Soviética, centro máximo de pesquisa. No final do ano de 1948, a Academia Alemã já contava com 16 institutos de ciências naturais e 4 de ciências humanas. Em 1957 o número de institutos subiu para 75 e depois de 1962 para 109 empregando em 1951 1.600 pessoas dentre as quais 418 cientistas. A Academia vai se tornar o mais importante centro de pesquisa da RDA principalmente no campo das ciências naturais e da tecnologia e passa a estar integrada diretamente à estrutura do SED (Partido Socialista Único Alemão). No final das suas atividades, isto é, anos 80, a Academia

contava com 58 centros de pesquisa e empregava 20.000 pessoas! Sobre a Academia de Ciências ver: R. Jessen: *Akademische Elite und kommunistische Diktatur. Die ostdeutsche Hochschullehrerschaft in der Ulbrich Ära*. Göttinger, Vandenhoeck & Ruprecht, 1999; pp. 158-174.

<sup>37</sup>Obtive de Jürgen Hell as principais informações sobre a sua formação acadêmica (carta datada de 22 de janeiro de 2006).

<sup>38</sup>Hell: Konzeption zum Manuskript ‚Die Sklavenbefreiung in Brasilien und auf den Antillen (1800-1888)‘. Este projeto acabou sendo abandonado pelo autor que decidiu escrever só sobre a história do Brasil.

<sup>39</sup>Hell: Sklavenmanufaktur... pp. 5 (Vorbemerkung).

<sup>40</sup>Ritter Anton von Schäffer: *Brasilien als unabhängiges Reich*. Altona, 1824.

<sup>41</sup>Hell: ‘La dimensión nacional y social de la revolución independentista brasileña (1808 – 1825)’, palestra apresentada na conferência dos latinoamericanistas de países socialistas celebrada em Leipzig em junho de 1976.

<sup>42</sup>Prado Junior, Caio: *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo, 1961, pp. 49-50; in: Hell: Op.cit., pp. 174.

<sup>43</sup>Kurze Geschichte des kubanischen Volkes, Berlin 1966.

<sup>44</sup>Em 1981 Hell publicou um artigo sobre a escravidão na mineração brasileira (‘Die Sklaverei im brasilianischen Minen-Komplex – 1700 bis 1808. Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte 1981/L.) comparando o trabalho escravo nas grandes-propriedades agrárias e nas minas. Como fonte primária, utiliza as informações e descrições sobre o complexo minerador contidas nas obras de Wilhelm Ludwig Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, Berlin 1833, de Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philip von Martius, *Reise in Brasilien in den Jahren 1817 bis 1820*, München 1823 – 1831 (3 vols.), de Johann Emanuel Pohl, *Reise im Innern von Brasilien, 1817-1821*, Viena 1832 e de André João de Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*, São Paulo 1923.

Artigo recebido em 22 de novembro de 2006 e aprovado em 18 de junho de 2007

Jürgen Hell e a  
produção historiográfica  
sobre o Brasil na  
ex-República  
Democrática Alemã